

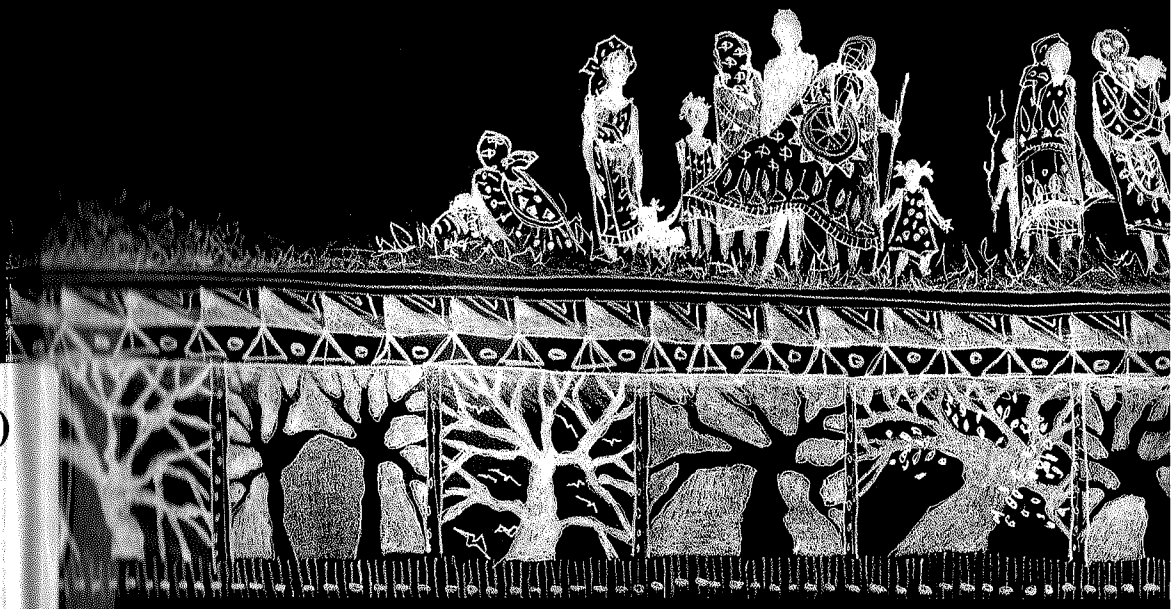
trabalho de mulheres de gerações diferentes, oriundas dos países africanos e portugueses e que por circunstâncias diversas construíram a sua obra ou de origem. É assim um livro de viagens, de exílio e suspensão, mas também uma história que ordena a vida e os seus territórios móveis e os transforma em espaços de investigação e de reflexão. Os investigadores e investigadoras refletem sobre os diferentes domínios das literaturas em trânsito e das diferentes possibilidades de leitura que os textos oferecem. A história das minorias, fronteiras, estudos decoloniais, discurso feminista, é aqui visto sob um novo olhar sobre a produção do exílio. A história da produção intervalar, é aqui concedido um lugar especial de destaque.

Mulheres Africanas em Trânsito Homenagem a Alda Lara

Mulheres Africanas em Trânsito

Homenagem a Alda Lara

Organização: Ana Paula Tavares, Rosa Fina, Fabio Mario da Silva e Marco Bucaioni



821.134.3(6)
COL
2023



CENTRO DE LINGUAGENS E LETURAS LINGÜÍSTICAS E LINGÜÍSTICAS CLEPUL Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

fct Fundação para a Ciência e a Tecnologia

o para a Ciência e Tecnologia, IP, no âmbito do projeto UIDB/00077/2020



Lutas no feminino

Memória e reconhecimento*

MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO**

É tempo, companheiro!
Caminhemos...
Longe, a Terra chama por nós,
e ninguém resiste à voz
Da Terra...

Nela,
O mesmo sol ardente nos queimou
a mesma lua triste nos acariciou,
e se tu és negro e eu sou branco,
a mesma Terra nos gerou!

Vamos, companheiro...
É tempo!
ALDA LARA

* Este artigo resulta do trabalho desenvolvido pelo projeto *MEMOIRS – Filhos de Império e Pós-memórias Europeias*, financiado pelo Conselho Europeu para a Investigação (ERC) no quadro do Horizonte 2020, programa para a investigação e inovação da União Europeia (contrato n.º 648624).

** Centro Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.

Na antiga África colonial portuguesa, os movimentos de libertação começaram a organizar-se no final dos anos 50, e face à intransigência do regime ditatorial português iniciou-se a luta armada, dando origem a uma longa guerra de libertação, logo em 1961 em Angola, alastrando-se depois a Moçambique e à Guiné-Bissau, até 1974. A memória deste longo conflito na sociedade portuguesa contemporânea – para os portugueses a Guerra Colonial – está associada a três acontecimentos, intimamente ligados e que simultaneamente a explicam e a invisibilizam: o final da ditadura salazarista, a Revolução de 25 de Abril de 1974 e a descolonização. Em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau a memória deste conflito está associada à luta que desembocou no momento glorioso da independência e da construção da nação rumo à revolução socialista. E é a partir destes acontecimentos que se elabora uma narrativa fundadora da nação atual e legitimadora dos seus heróis, normalmente declinados no masculino¹. Primeiro os guerrilheiros, heróis concretos da luta, depois os presos políticos, os clandestinos. E onde estão as mulheres?

De facto quando pensamos em movimentos, guerras de libertação e revoluções em África, pensamos de imediato nos seus protagonistas masculinos, deixando na sombra toda a vida que corre paralelamente e que sustenta e constrói a luta e a futura nação, tantas vezes protagonizada por mulheres. Ainda assim quando em terreno africano pensamos na participação de mulheres, pensamos em mulheres negras ou mulatas africanas. Sobre o assunto começa hoje em dia a haver uma significativa e crescente bibliografia. No caso da África de língua portuguesa importa destacar alguns trabalhos de carácter mais documental e descritivo que analítico, e que têm vindo a registar o lado feminino da luta de libertação. Refiro-me a títulos como *Diário de um exílio sem regresso* (2003) e *Cartas de Langidila e outros documentos* (2004), da guerrilheira angolana

1 Alguns exemplos no caso de Moçambique, referidos por Rita Chaves em vários dos seus estudos em relação ao caso de Moçambique: Aurélio Valente Langa, *Memórias de um combatente da causa*, Maputo, JV Editores, 2011; José Sampaio, *Um homem, mil exemplos: a vida e luta de Mariano Araújo Matsinha*, Maputo, Plural Editores, 2012; Matias Mboa, *Memórias da luta clandestina*, Maputo, Marimbiq, 2009; José Moiane, *Memórias de um guerrilheiro*, Maputo, King Ngungunhane Institute, 2009; Barnabé L. Ncomo, *Uria Simango: um homem, uma causa*, Maputo, Edições Novafrica, 2003; Raimundo Pachinuapa (org.), *Memórias da Revolução 1962-1974*, Maputo, Centro de Pesquisa da História da Luta de Libertação Nacional e Associação Nachingwea, 2011; João Pelembé, *Lutei pela pátria*, Maputo, ed. do autor, 2012; Jacinto Soares Veloso, *Memórias em voo rasante*, Maputo, Papa Letras, 2006; Sérgio Vieira, *Participei, por isso testemunho*, Maputo, Ndjira, 2010; Joaquim Chissano, *Vidas, lugares e tempos*, Maputo, Texto Editores, 2011; Óscar Monteiro, *De todos se faz um país*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2013.

Deolinda Rodrigues, *Os meus três amores – O Diário de Carmen de Araújo Pereira* (2016) da Guiné-Bissau e outros de carácter mais documental e testemunhal como *O Livro da Paz da Mulher Angolana: as Heroínas Sem Nome* (2008), de Dya Kasembe e Paulina Chiziane (orgs.), *Grupo Feminino de Santa Cecília e o Clero Católico Progressista nos Anos Sessenta* de Lizette D'Antas, *Memória do Destacamento Camy em Angola*, e *A Mulher Moçambicana na Luta de Libertação Nacional: Memórias do Destacamento Feminino* (2013), composto por dezenas de depoimentos e organizado pela Organização da Mulher Moçambicana (OMM), o conjunto de depoimentos de quinze internacionalistas reunido por Elsa Fuchs em *“Moçambique marcou-nos para a vida” – Grupo de mulheres internacionalistas 1980-1984*, relativo à participação de mulheres estrangeiras nos primeiros anos da independência como cooperantes em Moçambique, e o estudo académico de Margarida Paredes, antropóloga e também antiga guerrilheira do MPLA, *Combater duas Vezes – mulheres e Luta Armada em Angola* publicado em 2015.

Todavia, o que aqui apresento resulta do projeto que coordenei no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra entre 2011 e 2014 – *Os processos de libertação em Angola e Moçambique: anticolonismo e rupturas identitárias no feminino*² que visou o estudo da presença e a participação de mulheres brancas de ascendência portuguesa nos movimentos de libertação em Angola e Moçambique nos tempos coloniais, depois da independência e durante a revolução, o que me parece ser uma outra página em branco nestes processos de luta em que Alda Lara, se a vida lhe tivesse permitido, teria certamente integrado. É importante sublinhar que este projeto surgiu na continuação do meu trabalho anterior sobre as mulheres portuguesas, que acompanharam os seus maridos na guerra colonial em África e que deu origem a um livro, *África no feminino: as mulheres portuguesas e a Guerra Colonial* (2007).

África no feminino nasceu do desafio lançado pelo romance de Lídia Jorge, *A Costa dos Murmúrios* que aborda uma realidade muito particular da Guerra

2 Este artigo utiliza dados do projeto *Os processos de libertação em Angola e Moçambique: anticolonismo e rupturas identitárias no feminino* (PTDC/AFR/110704/2009-FCOMP-01-0124-FEDER-014030) que decorreu, entre 2011 e 2014, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e foi financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. A equipa do projeto incluiu investigadores de três continentes: Margarida Calafate Ribeiro (Investigadora Principal), António Sousa Ribeiro, João Paulo Borges Coelho, Laura Padilha, Mónica Silva, Luciana Moreira, Jessica Falconi, Ana Paula Tavares, José Luandino Vieira (consultor) e José Luís Cabaço (consultor) e Júlia Garraio, na parte final do projeto. Todas as entrevistas citadas aqui foram realizadas pela autora deste artigo em Portugal, em Angola e em Moçambique, entre 2012-2013. A todas as senhoras a minha profunda gratidão e reconhecimento.

Colonial Portuguesa em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau – a presença de mulheres que acompanharam os seus maridos na guerra colonial, como foi o caso da própria Lídia Jorge e das personagens femininas que preenchem o seu romance. Este livro também esteve na origem do filme homónimo de Margarida Cardoso, que quando criança viveu com os seus pais em Moçambique na época da Guerra Colonial, porque o seu pai era um militar. A partir do romance de Lídia Jorge, Margarida Cardoso questiona esta história que é também sua, não como protagonista, mas como herdeira.

África no feminino: as mulheres portuguesas e a Guerra Colonial nasceu portanto do meu questionamento pós-memorial, talvez, mas também do meu espanto face à presença unicamente ficcional do rosto destas mulheres que eu conhecia na sociedade portuguesa (eram mãe de amigos, ex-professoras, etc.) e da generosidade das mulheres que entrevistei quando, um dia, lhes bati à porta e lhes disse: “Sei que estive em África. Quer contar?”

Os testemunhos obtidos nas suas diferenças e no seu conjunto revelaram-me que estas mulheres eram também sujeitos históricos desta guerra, ou seja, que também elas haviam desenhado a história, que é a história recente de Portugal, de Angola, de Moçambique e da Guiné-Bissau em luta pela libertação do fascismo e do colonialismo:

Recordo-me de falar com o meu marido e de lhe dizer muitas vezes “No dia em que vocês quiserem – ele era capitão – a guerra acaba. São vocês que fazem a guerra, são vocês que estão a morrer, são vocês que dão o corpo, de capitão para baixo ... a guerra pára no dia em que vocês quiserem!”. Eu dizia-lhe isto tantas vezes, tantas vezes, tantas vezes, e ele respondia-me sempre: “Não é assim tão fácil, não é assim tão fácil. Nós temos responsabilidades para com os que cá estão”. E depois, como se viu, foram os capitães que acabaram com tudo. Considerando que a guerra era totalmente inútil, a ideia que nos mantinha era a de que tínhamos que defender as pessoas que lá estavam.³

E foi com estas mulheres que tomei conhecimento de outros grupos de mulheres: mulheres também brancas, portuguesas da colónia que no olhar das minhas entrevistadas eram pessoas com hábitos diferentes e objeto da sua curiosidade. Urbanas, portadoras na maioria das vezes de formação superior e, por vezes, ligadas a espaços educativos ou culturais, como cineclubes, jornais

³ Margarida Calafate Ribeiro, *África no feminino: as mulheres portuguesas e a Guerra Colonial*, Porto, Afrontamento, 2007.

ou círculos católicos progressistas, estas mulheres eram marcadas por uma espécie de ambiguidade identitária: diziam-se angolanas, moçambicanas e, ao mesmo tempo, portuguesas, mas o seu local de pertença não era Portugal, na Europa, colocando assim sob suspeita o ideário salazarista de um Portugal do Minho a Timor, em que todos eram portugueses apenas.

Quem eram estas outras mulheres?

Ruturas e reconfigurações no feminino

1. Esta foi uma história que eu sempre quis saber, que me interrogou logo que soube da existência e da vida politicamente comprometida destas mulheres e foi assim que comecei a estudar, a ver os documentos e fotos da independência de Angola⁴. Quem era aquela mulher branca ao lado do primeiro Presidente da República Popular de Angola?

No caso das antigas colónias portuguesas, esta presença tinha uma expressão considerável na época da luta, na clandestinidade, no exílio, no apoio aos presos políticos e após a independência na construção dos novos estados independentes. Mas além das fotos, de uma longa entrevista de Eugénia Neto, mulher de Agostinho Neto ao jornal *Expresso* intitulada “Pedaços de mim”, um curto texto, não publicado, de Maria Amélia Padez que está na origem da sua intervenção numa ação em sua homenagem na Associação Chá de Caxinde, em Luanda, alguns artigos sobre Conceição Boavida, mulher de Américo Boavida, pela altura da sua morte em 4 de Fevereiro de 2015 e também alguns textos de homenagem à grande jurista do Processo dos 50 e depois da magistratura angolana que foi Maria do Carmo Medina, é apenas na ficção portuguesa e moçambicana que há um registo os seus passos: *O Tibete em África* de Margarida Paredes, que contém um grande lastro autobiográfico da mulher guerrilheira que é a sua autora; *O Cisne de África*, de Henry Lévy, que tem lugar em Moçambique e se desenvolve à volta de uma enfermeira portuguesa que atua oficialmente nos hospitais de campanha dos portugueses e à noite assegura cuidados de enfermagem numa base de guerrilheiros próxima, acabando por se envolver amorosamente com o comandante; e *Rainhas da Noite*, do escritor moçambicano João Paulo Borges Coelho, que narra a vida dormente de mulheres colonas em Moatize, Moçambique e de como elas se vão

⁴ O estudo de outros contextos de conflito colonial, como por exemplo a Guerra da Argélia, mostra-nos que houve situações semelhantes. Cf. Andrée Dore-Audibert, *Des Françaises d'Algérie dans la guerre de libération: des oubliées de l'histoire*, Paris, Karthala, 2000.

apercebendo do outro lado da realidade em que aparentemente vivem suspensas, a partir da história de uma mulher branca que tinha fugido de casa para supostamente aderir à causa da FRELIMO.

O objetivo do projeto *Os processos de libertação em Angola e Moçambique: anticolonismo e rupturas identitárias no feminino* foi ir à procura dos rostos, das vozes e das vidas destas mulheres, que como Alda Lara, sentiram a terra da então colónia como sua e que, no momento político que lhes foi dado viver, fizeram as suas escolhas. Como Alda Lara a maioria nascera nos anos 30, tendo começado a ganhar uma consciência política nos anos 50 e a atuar no final do anos 50 e principalmente 60. O método para chegar às suas histórias passou por muitas conversas com antigos militantes dos movimentos em Angola e em Moçambique que, com uma enorme generosidade (e algum espanto), aceitaram conversar comigo sobre este assunto, pela intensa pesquisa bibliográfica dos contextos, pela consulta de processos nomeadamente no arquivo da PIDE, quando havia matéria, pela leitura de revistas, jornais e outras publicações da época, pela consulta de arquivos privados e essencialmente por entrevistas. As entrevistas foram realizadas entre 2012 e 2014 em Angola, Moçambique e Portugal quando algumas das senhoras já se encontravam numa idade avançada⁵. Recolher estas entrevistas foi um privilégio e um processo comum de aprendizagem sobre o tempo pessoal e o tempo histórico vivido. A entrevista em si constituiu-se como um espaço de recordação e de atribuição de um sentido a uma série de episódios, por vezes, mais acidentais do que programados, mas aos quais foi, por imperativo narrativo, necessário atribuir uma genealogia, o que foi reforçando a dimensão dialógica destas entrevistas. Surgem balanços, recordações, silêncios, como se a entrevista estivesse a despoletar um processo crítico de avaliação das escolhas realizadas no passado, conjugado com uma necessidade de dar um sentido às opções tomadas e de definir a própria identidade ou, talvez melhor, de definir um lugar de pertença geográfico, político e cultural. Apesar da surpresa inicial que o meu interesse constituía no primeiro contato, percebe-se ao longo das entrevistas uma vontade de falar, de finalmente falar desse passado às vezes quase esquecido ou pronunciado em eternos solilóquios. E há sempre na revisitação do passado que a entrevista estimula algo que ainda emociona e que vale a pena reviver, partilhar e transmitir. O texto produzido é portanto um testemunho do vivido para os

5 Ao longo do projeto, e para além de mim própria, participaram na recolha de entrevistas as investigadoras: Ana Paula Tavares, Jessica Falconi, Laura Cavalcante Padilha e Luciana Moreira.

seus ouvintes imediatos e para as gerações vindouras, satisfazendo aquilo que podemos chamar o direito à memória e cumprindo o que Primo Lévi chamou “o dever de memória”⁶ ao estabelecer um cúmplice compromisso entre quem conta – que assim cumpre a sua função de testemunha – e quem ouve – que assim toma conhecimento e não mais pode dizer que não sabia. Desta forma gera-se o pacto de responsabilidade partilhada inerente à funcionalidade do testemunho. E foi assim que a entrevista permitiu uma definição do eu como sujeito histórico de uma situação e o sentimento de orgulho emergia com comedida emoção, apesar de alguma desilusão, da distância sempre existente entre o sonho da libertação como princípio de tudo e a realidade da vida. Como me dizia Olga Iglésias, militante da FRELIMO, recordando uma conversa com um amigo com quem tinha andado na clandestinidade:

– Olga, isto não é o país que nós sonhámos. Não está a ir para onde nós sonhámos.

– Pois é, mas o que é que queres? (Olga Iglésias, Portugal, Junho, 2013)

2. Quem são essas mulheres afinal? Os casos de Moçambique e Angola são diferentes e começemos por algumas evidências: a situação geográfica do país e, conseqüentemente, a natureza dos seus vizinhos hostis ou favoráveis à luta e portanto importantes para determinar os lugares de apoio à luta e de exílio; a natureza dos movimentos que lideram a luta de feição mais urbana ou mais rural, e os apoios internacionais de que usufruem; o tipo de colonização realizada e o tipo de colono de um espaço e de outro. Trata-se portanto de um grupo de mulheres muito heterogéneo de diferentes gerações e que, até hoje, não adquiriram um lugar nas historiografias oficiais de Angola e de Moçambique. Mas na sua heterogeneidade é no espaço de transgressão que todas se encontram.

É certo que algumas destas mulheres são conhecidas, estão nos arquivos da polícia política portuguesa da época da ditadura, a PIDE, por ligações iniciais ao Partido Comunista ou à oposição, outras foram atraindo a imprensa nacional e internacional. Por exemplo, Julieta Granda (1917-2007), médica ginecologista, membro do Partido Comunista Português foi para Luanda e, em 1959, foi acusada por um tribunal militar de conspiração contra a segurança do Estado. Em 1964, enquanto cumpria pena de prisão em Caxias, Portugal, e estando num

6 Primo Lévi, *O Dever da Memória*, Lisboa, Civilização/Contexto, 1997.

estado de saúde muito crítico, foi escolhida pela Amnistia Internacional como prisioneira do ano e, como tal, foi objeto de uma intensa campanha internacional que perturbou a ditadura portuguesa. Outro nome famoso é o de Maria do Carmo Medina (1925-2014), advogada em Luanda que defendeu presos políticos “angolanos” no célebre “Processo dos 50”, que foi uma das primeiras grandes ofensivas do regime colonial português ao emergente nacionalismo angolano e que, posteriormente, se tornou uma das mulheres mais importantes da magistratura angolana. Também conhecido é o nome de Eugénia Neto, portuguesa de Trás-os-Montes que conheceu Agostinho Neto, quando ele estava a fazer estudos de Medicina em Portugal e casa com ele. Agostinho Neto era um dos líderes clandestinos do MPLA e veio a ser o primeiro presidente independente de Angola.

8 retratos necessariamente fragmentados

Passemos agora à apresentação de algumas histórias de vida que podem definir uma primeira perceção em relação às origens, processos e desafios que definiram estas mulheres:

AIDA FREUDENTHAL era uma menina da burguesia colonial em Moçambique que partiu para Lisboa para estudar História e Filosofia. Como muitos estudantes que vieram estudar na então metrópole frequentou a Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa e que tinha delegações em Coimbra e no Porto. Como é sabido este foi um espaço criado pelo regime para acolher os estudantes vindos das colónias, com o objetivo de formar uma elite colonial habilitada. Mas, como também é sabido, esta Casa tornou-se num dos lugares mais importantes de subversão e luta anticolonial em Portugal e acabou por ser o lugar em que o império tomou conhecimento de si próprio. As atividades desportivas e culturais, as publicações de poesia das diferentes colónias e artigos de opinião, as amizades e, pela primeira vez o contacto de jovens das diferentes colónias portuguesas, levaram a partilhas diversas e provocaram vários movimentos políticos conjuntos como a organização da fuga dos estudantes africanos para o exílio, em 1961 e muitas outras ações. Em 1965 a Casa foi fechada pelo regime, mas a importância deste espaço na formação das elites dos movimentos de libertação é ainda hoje um motivo de celebração e criou uma mitologia da luta anticolonial, frequentemente revisitada na literatura no teatro, no cinema ou em colóquios e outros fóruns, onde Aida Freudenthal é sempre uma voz fundamental na conservação deste património da luta anticolonial. Foi nesta Casa

que se tornou politicamente consciente da situação e que se comprometeu na luta com Jorge Freudenthal de Angola. Depois da independência teve um papel importante na refundação do sistema de educação em Angola. Passou a residir Portugal nos anos 80.

CONCEIÇÃO BOAVIDA era natural de Trás-os-Montes De origem social modesta Conceição foi professora do ensino primário primeiro em Trás-os-Montes, e mais tarde em Lisboa. E foi em Lisboa, no lar onde vivia administrado por religiosas que tomou consciência do que era o império português fora dos livros escolares e da propaganda. Foi neste lar que Conceição Boavida viu a cor do racismo, com uma menina indiana que ninguém queria acolher no seu quarto e com quem Conceição passou a conviver. E foi este racismo indiscutível e naturalizado que mais tarde encontraria em Luanda, para onde partiu com a sua irmã e cunhado na sequência de um concurso público; foi este racismo que ela viu nos seus vizinhos em Luanda quando lhe falaram de um médico muito bom, mas que era negro; foi esta discriminação que Conceição viveu como professora na escola em Luanda quando os pais dos seus alunos se dirigiram ao diretor da sua escola apontando-a como um mau exemplo para os seus alunos uma vez que saia com um negro em plena luz do dia. Conceição casou pouco depois com esse negro, o médico Américo Boavida muito aplaudido em Portugal porque tinha sido um grande jogador de futebol enquanto estudava Medicina no Porto. Américo Boavida era militante do MPLA e Conceição mais tarde acompanhou-o no exílio em Paris, Argel e Congo-Brazzaville, onde trabalhou ativamente na rádio, na informação e na escola. Foi em Brazzaville, em 1964 que tomou conhecimento da morte do marido num grande ataque português à base do MPLA onde era médico e estava a montar uma unidade de saúde. Após a independência, Conceição continuou o seu compromisso com a educação na nova Angola.

MARIA DE LOURDES TORCATO veio de uma família pobre do Alentejo. Cedo mudou-se para Lisboa onde trabalhou e estudou. Mais tarde, iria com o marido para Lourenço Marques, Moçambique, e como jornalista, esteve envolvida em vários programas culturais, nos jornais mais progressistas, e frequentava vários espaços, onde, apesar da Polícia Política, se discutiam a ditadura, o colonialismo, a guerra. Com a independência voltou para Portugal no movimento conhecido como dos retornados, mas, alguns meses depois estava de volta em Moçambique. Tornou-se uma importante jornalista de Moçambique, tendo sido correspondente na África do Sul do Apartheid. O seu livro *Tempos a Ferro*

e Fogo – irmãos e inimigos é um registo desse tempo tenso e conturbado das relações entre os dois países.

ERMELINDA GRAÇA era uma rapariga de classe média de Luanda que casou com José Luandino Vieira um nacionalista angolano branco, fortemente condenado por atividades classificadas na altura pelo regime como “subversivas” e, sem dúvida um dos nomes maiores da literatura angolana. Ermelinda Graça tornou-se uma grande especialista de questões económicas e acompanhou o seu marido nas várias prisões de Luanda e no campo de concentração do Tarrafal (Cabo Verde). Ao longo dos anos de prisão Ermelinda Graça foi a produtora da obra literária de Luandino Vieira escrita (e premiada) na prisão. Depois da independência Ermelinda Graça foi assessora presidencial para questões económicas e ocupou posições de liderança na economia e finanças do Estado. A ela José Luandino Vieira dedica grande parte da sua obra ficcional e o volume *Papéis da Prisão – apontamentos, diário, correspondência (1962-1971)* publicado em 2015 após a sua morte.

ELIZABETE SEQUEIRA era filha da pequena burguesia colonial de Lourenço Marques e desde cedo começou a sentir uma revolta contra a situação colonial a discriminação, a violência gratuita e a pobreza. No final de uma adolescência conturbada obteve uma bolsa para vir estudar em Portugal e logo se envolveu com os estudantes africanos que fugiram para o exílio, inicialmente para Paris. Recorda a chegada a Paris com emoção e recorda a atrapalhação da FRELIMO sem saber muito bem o que fazer com ela, acabando por a enviar para a antiga União Soviética onde se licenciou em Química e teve a sua primeira filha. Como me disse na entrevista, apesar do enorme choque cultural que sentiu, da solidão, desilusão, era uma época em que ainda se podia acreditar no modelo soviético:

Quando cheguei à União Soviética o modelo de país ainda era muito credível, não só porque nós víamos o que queríamos ver e confirmar a convicção militante, mas também porque as coisas funcionavam efetivamente de uma maneira que nos parecia correta, que nos parecia aquilo a que devíamos aspirar. (Elisabete Sequeira, Moçambique, Junho 2013)

Após a União Soviética e antes da independência, Elisabete Sequeira viveria em vários sítios e tornou-se professora em Bagamoio, na Tanzânia. Hoje vive em Maputo.

IRENE GUERRA MARQUES era uma menina da burguesia colonial luan-dense que foi para Portugal estudar Literatura Moderna na Universidade de Coimbra onde aprofundou o seu relacionamento com o seu futuro marido, também de Luanda e completou os seus estudos. Este caminho foi essencial para a sua tomada de consciência relativamente à sua diferença cultural em relação aos portugueses da metrópole e sua condição privilegiada em relação aos portugueses da então metrópole e à sua condição social. Mas, apesar desta estadia foi após o seu casamento que esta diferença social se materializou em consciência política e empenhamento. A partir desse momento, vai juntar-se à luta e torna-se uma pessoa chave no desenvolvimento da Universidade Agostinho Neto, na formação de centenas de jovens angolanos e na publicação de fontes fundamentais da literatura angolana. É membro da Academia Angolana de Letras.

OLGA IGLÉSIAS é a mais nova deste conjunto de retratos. Pertence já à geração de jovens formadas na Universidade de Lourenço Marques, adere à luta anti-colonial a partir do território e num ambiente político e social de grande diferença. Como recorda era Reitor da Universidade de Lourenço Marques Veiga Simão e as discussões de cariz político sucediam-se, apesar da ativa vigilância da PIDE no meio dos estudantes. Foi nos meios católicos e do escuteirismo que começaram as interrogações sobre a existência de Deus, a justiça social e outros questionamentos típicos da juventude, mas é numa saída à antiga Rodésia e em que contata com um regime de separação total de raças, que, apesar das diferenças que encontra, toma consciência da situação política em que vive. A rutura familiar foi dolorosa com a sua partida para o exílio e para a luta, quando tinham acabado de lhe oferecer um lugar de professora na universidade. Portugal, Argel, Nachingwea são pontos da sua geografia de clandestinidade e a situação de ser branca e muito loira deixavam-na à vontade para determinadas missões. Era uma situação tão improvável, da qual terá tirado alguma vantagem em termos de contornar suspeitas da Polícia Política, acabando até por conduzi-la a situações aparentemente hilariantes, mas é também destas histórias que é feita a luta e que se tecem solidariedades. Conta que uma vez na Suíça tinha como missão encontrar-se com um clandestino da FRELIMO, que esperava que fosse um homem negro e provavelmente o seu contato também esperaria que ela fosse uma mulher negra. Ao fim de algum tempo e depois de terem ficado quase isolados no local, ficaram trocando olhares:

Eu olhava para ele e achava, não é de todo, não pode ser de todo. Ele olhava para mim e dizia, aquela louraça não pode ser. E esperámos, esperámos. E depois todas aquelas coisas interessantes da luta clandestina, as senhas, as contra-senhas. Aquelas coisas todas que existiam por segurança, lá nos identificamos. São daquelas coisas que só vemos nalgum romance, nos filmes. (Olga Iglésias, Portugal, Junho de 2013)

Ele era indiano e ela branca, nada mais improvável numa missão secreta da FRELIMO, como comenta sorrindo.

Revelando retratos

Do conjunto das entrevistas realizadas e nos retratos escolhidos é assinalável a diversidade geográfica, social e as motivações que mobilizaram estas mulheres para a luta, mas há alguns pontos de união muito evidentes e que importa sinalizar. Todas estas mulheres apresentam uma formação educacional considerável, o questionamento relativamente à situação vivida começa na adolescência ou no início da idade adulta e, inicialmente, insere-se num espaço de transgressão familiar. Neste aspeto é importante sublinhar que estávamos no início dos anos 60, em que a lógica de libertação permeava o mundo, ao mesmo que no continente africano a luta anticolonial se caracterizava por ataques sangrentos contra colonos brancos, insurreições, guerras de libertação, prisões e assassinatos de líderes africanos. Mas o fator determinante para que este questionamento se convertesse em consciência política e que até acabasse por ter expressão pública dentro dos limites de uma sociedade patriarcal e vigiada, como são todas as ditaduras – dá-se com processo de desterritorialização, o que nos leva ao tópico tradicional que a situação de exílio e de confronto com o outro e connosco próprios num outro espaço nos permite um outro modo de olhar sobre a nossa própria realidade e, conseqüentemente um questionamento sobre a nossa própria identidade e a sua representação. Acrescem ainda as motivações pessoais mais íntimas ligadas a grupos de amigos, namoros, paixões de que se tecem também todas as lutas.

Identificamos num primeiro grupo as mulheres filhas de colonos que ou nasceram na colónia ou para lá foram em crianças e aí cresceram vindo muitas vezes estudar para a metrópole pela altura da universidade; num segundo grupo estão as mulheres que, já em idade adulta por motivos vários, de emprego, relações familiares, ou militância política na oposição portuguesa rumaram a Angola ou Moçambique.

Para ambos os grupos, ainda que em sentidos inversos, o confronto metrópole/colónia foi absolutamente determinante para a consciencialização política. Porém é preciso destacar que para quem crescia nas colónias o despoletar de um sentimento anticolonial se dava muitas vezes a partir de alguns episódios normalmente relacionados com questões de discriminação racial e social: uma menina negra que era colocada à parte, uma ação de violência sobre os criados, um episódio marcante de abuso de poder sobre um negro indefeso, uma conversa entre pais e amigos em que se referia, com naturalidade, situações de injustiça profunda. No fundo, tratava-se muitas vezes de percursos, amizades, cruzamentos e pequenos episódios vividos normalmente na idade interrogativa da adolescência e que levavam ao questionamento da realidade circundante, à rutura ou, pelo menos, ao profundo questionamento sobre a formação religiosa que tinham, sobre a função social que a sua família representava, levando-as à procura de outros caminhos. Todavia o momento decisivo e de questionamento identitário profundo deste grupo acontecia quando vinham estudar para Portugal, que muitas vezes mal conheciam, mas sobre o qual tinham uma ideia consubstanciada na palavra metrópole. Aí as diferenças são de vária ordem desde as mais esperadas, como o frio que a todas afetava, as pessoas mais sisudas, ou o aspeto triste de mais ou menos tudo, ao choque sobre a quase ausência de conhecimento das suas terras, o espanto por ver que a pobreza não era só negra. Em Portugal ela era também branca e a metrópole era uma desilusão. A este desenraizamento seguia-se um sentimento de exílio, de não pertença claramente agudizado com o início da guerra colonial, e a procura de colegas e amigos da “sua terra”, pois Portugal não era sentido com o seu lugar. Entre o envolvimento em alguns movimentos da oposição portuguesa, a participação em atividades de espaços como a Casa dos Estudantes do Império e a universidade, iniciam muitas vezes percursos. Num outro contexto político poderíamos pensar que se tratava de ruturas e questionamentos próprios da adolescência, do natural e saudável conflito de gerações que sempre ocorre, da vontade inerente à juventude de mudar a “ordem natural das coisas”, do gosto do risco face ao proibido. Mas no contexto da colonização portuguesa em final de cena, da ditadura portuguesa também em final de cena e da emergência e afirmação dos movimentos de libertação e das guerras este questionamento era analiticamente produtivo e politicamente conseqüente.

O percurso do segundo grupo que acima delinee, é composto por mulheres que iam de Portugal por razões várias para as antigas colónias, e a tomada de consciência do facto colonial era justamente na chegada e na observação da vida na colónia. No contato tomavam consciência da falta de naturalidade

daquela ordem social, juntando assim e em muitos casos, à militância contra a ditadura, que já as teria conduzido a determinadas redes nas colónias, a militância anticolonial. E se, por vezes, esta observação e vivência se ia fazendo pouco a pouco, outras vezes ela era quase imediata, com a consequente dificuldade de integração nos meios tradicionais dos colonos, os conflitos no emprego perante a subalternização dos negros, a desidentificação com o seu grupo natural de acolhimento e apoio. Estas são as vivências de mulheres como Conceição Boavida, da advogada Maria do Carmo Medina ou da médica ginecologista Julieta Gandra, que emigrada para Angola e com um percurso já na oposição portuguesa, preocupava especialmente a PIDE, não apenas por ser mulher, mas por ser uma mulher branca envolvida com movimentos independentistas, como se pode ler no seu processo na PIDE⁷ quando foi condenada juntamente com António Guilherme Matos Veloso e outros brancos.

Estas diferenças determinam também diferenças mais tarde nos seus percursos relativamente aos processos de adesão e nos estilos de participação escolhidos ou impostos pelos movimentos de libertação. Como recorda Elisabete Sequeira “a FRELIMO não sabia muito bem o que fazer connosco, mulheres e brancas, com muitos estudos, era problemático de enquadrar” (Elisabete Sequeira, Moçambique, Junho de 2013).

E a pergunta muito óbvia seria: mas o que faziam estas mulheres que estudavam, tinham formação política, posição social, que papéis lhes eram atribuídos? Inventavam a vida enquanto os homens andavam na clandestinidade ou na guerra, como era esperado, entendendo por inventar a vida todo o trabalho de manter uma casa em frequentes mudanças, cuidar dos filhos, e realizar o trabalho esperado, *naturalmente* atribuído e não contabilizado. Mas estas mulheres faziam também um trabalho fundamental de manutenção da organização clandestina comunicante, faziam traduções, trabalhavam nas informações, na rádio, entravam em algumas ações de luta, asseguravam o ensino e organizavam-se entre si, estando algumas delas na origem de organizações femininas, criadas no exílio. Mas era uma situação muitas vezes complicada, entre um efetivo reconhecimento do trabalho desenvolvido, o ser mulher num meio tendencialmente muito masculino e branca. E, também por isso, muito do enquadramento obedecia também a questões íntimas que entretanto se desenrolavam, mas também aí houve separações e sacrifícios em nome da luta.

⁷ Folha 89 e seguintes do processo de Julieta Gandra PIDE/DGS, SC, SR 1405/53-NT 2725. Arquivo da PIDE/DGS, Torre do Tombo, Lisboa.

Se, de facto, a realidade colonial ofereceu a estas mulheres o espaço para ganharem uma consciência política anticolonial e agirem de acordo com essa consciência, tal deveu-se também ao lugar de privilégio de que usufruíram nas hierarquias do espaço colonial, um espaço marcado por linhas identitárias de cariz racial. A sua origem racial e social coloca-as do lado opressor, mas a sua prática anticolonialista subvertia os valores do seu grupo de origem. Por seu turno, nos movimentos de libertação, pela sua origem, elas também não são imediatamente “reconhecíveis”. A combinação de privilégios que reúnem (posição social, formação, raça) com as vulnerabilidades naturais e adquiridas que possuem, coloca-as sempre fora do lugar e numa posição de grande ambiguidade. Vejamos dois exemplos representativos da complexidade da posição destas mulheres. No final da década de 60 Diana Andringa foi condenada a 20 meses de prisão por defender a independência de Angola. Sabendo dos métodos violentos usados pela PIDE, recorda:

Desde o início, pensei... eles não me vão torturar a sério por causa do meu pai e do Silva Pais. Com sorte, eles não me vão torturar. Vão tentar fazer coisas para eu me passar. E fizeram algumas, do género. (Diana Andringa, Lisboa, Julho de 2012)

Vejamos ainda a opinião de Maria Eduarda Almeida também estudante de Angola, presa por ter participando da Greve dos Estudantes de 62, referindo-se aos seus companheiros políticos:

As mulheres não intervinham, nem eram muito convidadas, não. [...] Mas era muito simples, é ver só a quantidade... é contar as mulheres que havia na direção das coisas, quantas é que havia? Havia muitas? [...] Não, não havia praticamente ninguém [...], a questão era simplesmente isso, não havia espaço feminino. (Maria Eduarda Almeida, Lisboa, Maio de 2012)

O que transparece destes testemunhos é que as identidades são sempre processos em construção, resultantes de uma série de opções, ajustes, negociações que, em determinados contextos históricos e políticos de rutura, não permitem o regresso ao ponto inicial de partida, não apenas porque ele deixaria de existir (o mundo dos colonos), mas também porque o sujeito se transformou, refez o seu papel no seio da comunidade e o seu processo de redefinição é inseparável do projeto geral de reimaginação da nação e da sociedade. Veja-se, por exemplo, o caso de Irene Guerra Marques quando descreve o seu processo de adesão

à causa da independência E esta redefinição identitária é inseparável do projeto de reinvenção da sociedade:

Tomei a verdadeira noção de que para ser angolana, o país tinha que ser independente e essa ideia germinou, germinou [...]. Então tudo isto me transformou e me mostrou que eu, perante esta situação, eu tinha de deixar de ser o que era não é? Para me tornar de facto digna do que eu queria que Angola fosse. “Sou angolana”. Quer dizer, houve uma transformação tão grande, tão grande que eu, eu que tinha uma vida, que tinha tudo, vestidos, íamos a jantares... pronto. Fiquei com essa recordação lindíssima da minha vida, do meu namoro, tudo, foi tudo muito lindo. Mas não tenho saudades nenhuma, saudosismos “Ai naqueles tempos...” Não, não! Abracei a causa com uma alegria. (Irene Guerra Marques, Angola, Agosto de 2014)

Assim, se a situação colonial levou estas mulheres a refletirem sobre o seu lugar naquela sociedade, também a sua adesão à causa anticolonial iria levar os movimentos de libertação a refletirem sobre a heterogeneidade compósita dos movimentos e o próprio modelo de nação pelo qual lutavam. Escutemos Elisabete Sequeira aquando da sua chegada a Paris:

acho que a FRELIMO ficou aflita com essa miúda que chegou, imagina só o movimento de libertação com todos os problemas que tinha para iniciar, ora vem uma miúda branca que era burguesa aí, que andava na universidade, fazer o quê com ela [...] em quatro meses eu estava em Moscovo, rapidíssimo, aquilo acho que foi uma corrida para se desenrascarem e resolverem o problema dessa miúda. (Elisabete Sequeira, Moçambique, Junho de 2013)

Quem seriam os sujeitos, as cidadãs e os cidadãos da nação a vir? Quem poderia fazer parte de Angola e de Moçambique independentes? As respostas não são claras nem simples e, na verdade, tanto o MPLA como a FRELIMO viram-se obrigados a refletir e a tomar decisões relativamente ao lugar dos brancos e dos mestiços no seio dos movimentos e nos países independentes, sempre num discurso profundamente marcado pelo lado masculino. Após a independência a maioria destas mulheres ocupou cargos importantes, dada a formação que detinham e a capacidade imediata de trabalhar em muitos dos lugares deixados pelos portugueses. A esta situação acresce que algumas eram casadas com nacionalistas que também eles ocupavam cargos de relevo nas novas sociedades saídas da independência. Todavia, o facto de serem mulheres

e brancas será de novo um fator de diferenciação. Após a independência e num contexto muito diferente, estas mulheres estão de novo numa situação de privilégio, mas de novo fora do contexto.

A fechar

As histórias de vida destas mulheres enquadram-se em dois momentos importantes que as obrigam a tomar posição. Num primeiro momento, encontram-se na encruzilhada entre o projeto colonial, ligado às suas origens étnicas e sociais, e o projeto independentistas a que aderem. Num segundo momento, e face às mudanças trazidas pelo 25 de Abril de 1974 e as independências, estas mulheres estão de novo confrontadas com a questão identitária, enquanto membros de uma minoria em Angola ou em Moçambique. Algumas ao fim de alguns anos vieram viver para Portugal e o problema identitário que vivem tem uma expressão memorialista e/ou uma configuração de exílio íntimo; para aquelas que escolheram as novas nacionalidades ou nacionalidades duplas e optaram por ficar em Angola e em Moçambique densificam a análise do carácter multirracial e multicultural destas sociedades, onde o fantasma colonial tem ainda um papel importante, como nos revela Elisabete Sequeira:

quando elas, as minhas filhas, diziam que poderiam ir ficar com a avó ou com a minha irmã para estudar, eu dizia nunca, recomeçar a descolonização familiar, nem pensar, isso não, vai para a Cochinchina para onde quiseres menos Portugal porque a proximidade é mais perigosa, é muito fácil as pessoas quando... de repente ficarem portuguesas. (Elisabete Sequeira, Moçambique, Junho de 2013)

Por seu turno veja-se o caso de Conceição Boavida que até ao fim da vida viveu em Angola e que sempre se sentiu angolana e portuguesa, sem qualquer problema com essa aparente duplicidade. O problema era a injustiça que o monstro colonial que o sistema produzia e de que se alimentava.

Eu sou angolana e portuguesa é isso. A minha luta foi contra a injustiça. O tempo colonial... era horrível. Eles tinham toda a razão e foi isso que me mobilizou. (Conceição Boavida, Angola, 2014)

O estudo dos percursos destas mulheres traz novas perspetivas em relação à história recente de Angola, de Moçambique e de Portugal. No caso de Angola e

de Moçambique ajuda-nos a complexificar o processo da luta e da sua organização e ajuda-nos a compreender a heterogeneidade das sociedades coloniais, como espaço de grandes tensões e de ruturas que se opõem, mas também se entrecruzam com as diversidades subjacentes ao projeto de luta pelas independências. No que diz respeito a Portugal também aqui o projeto questiona as memórias estabelecidas que ligam a memória de África a grupos muito específicos como os retornados ou os ex-combatentes da Guerra Colonial.

A posição delicada das mulheres que este projeto estudou obriga-nos a relativizar as fáceis dicotomias em que nos habituamos a pensar fenómenos que são tudo menos dicotómicos e a compreender que os grandes projetos de libertação, as guerras e a construção de novas nações são também, e sempre, declinados no feminino. Dar conhecimento destes trajetos de vida que o tempo levará, não é portanto e apenas um ato simbólico de prestar homenagem a pessoas notáveis, é um ato de reconhecimento politicamente consequente, como politicamente consequente foi a determinação destas mulheres no seu desenvolvimento nas lutas de libertação e na construção das suas nações africanas, hoje reinterrogado e revistado pelas novas gerações, como nos mostra o poema do poeta angolano José Luís Mendonça escrito no falecimento de Maria do Carmo Medina.

Maria do Carmo Medina

A busca da justiça fez abrir teus olhos
para a Nação que leve dava
no fermento do Processo dos 50.

E das faíscas das catanas do 4 de Fevereiro
nasceu uma estrela
sobre o rubro-negro da bandeira novembrina.

Nos ensinaste, ó mamã Medina
que a justiça não tem raça
nem sexo nem sapatos de verniz.

E outra vez deusa Têmis
tocou a tua alma e tu ergueste
o pilar normativo da família angolana.

Sonhaste ser, não soubeste ter
mais do que te permitia a honra
e a tua obstinada atenção aos vulneráveis.

E agora que subiste ao Panteão dos Heróis
para sempre a luz do teu olhar
é o juiz categórico do nosso mútuo entendimento.

José Luís Mendonça⁸

8 José Luís Mendonça, *Angola, me diz ainda*, Lisboa, Guerra e Paz, 2018.